



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE IMIGRANTE**

**PROJETO DE LEI Nº 031/2026**

**ACRESCENTA DISPOSITIVO À LEI MUNICIPAL Nº 2.044/2015 PARA CONCEDER AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS CONSELHEIROS TUTELARES DO MUNICÍPIO DE IMIGRANTE/RS, FIXA O VALOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**FABIANO ACADROLI**, Prefeito Municipal de Imigrante em Exercício, Estado do Rio Grande do Sul,

**FAÇO SABER** que encaminhei à Câmara Municipal de Vereadores para análise e votação o seguinte Projeto de Lei:

**Art. 1º.** Fica acrescido o **Art. 48-A** à Lei Municipal nº **2.044**, de 1º de julho de 2015, com a seguinte redação:

**“Art. 48-A. Fica concedido auxílio-alimentação aos Conselheiros Tutelares do Município de Imigrante/RS, titulares e aos suplentes quando no efetivo exercício da função, nos termos desta Lei.**

**§ 1º** O auxílio-alimentação será devido na razão de um vale por dia útil do mês, no valor unitário de R\$ 35,20 (trinta e cinco reais e vinte centavos), observado o regramento administrativo municipal aplicável à concessão e ao controle do benefício.

**§ 2º** O valor previsto no § 1º corresponde ao mesmo valor do auxílio-alimentação concedido aos servidores públicos municipais. Quaisquer reajustes futuros do auxílio-alimentação dos servidores estender-se-ão automaticamente aos Conselheiros Tutelares, nas mesmas condições e forma de pagamento.

**§ 3º** O auxílio-alimentação possui natureza indenizatória, não se incorporando à remuneração para quaisquer efeitos, não servindo de base de cálculo para vantagens, adicionais, férias, décima terceira gratificação e demais parcelas, nem sofrendo incidência de contribuição previdenciária.

**§ 4º** O benefício será devido somente durante o efetivo exercício das atribuições, sendo suspenso nas hipóteses de afastamento em que não houver percepção de remuneração pelo exercício da função de Conselheiro Tutelar.

**§ 5º** É vedada a cumulação do auxílio-alimentação previsto neste artigo com qualquer outro auxílio-alimentação ou vale-alimentação pago pelo Município, a qualquer título.”



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE IMIGRANTE**

**Art. 2º** O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei, no que couber, por Decreto.

**Art. 3º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do Município, suplementadas, se necessário.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE IMIGRANTE, 09 de fevereiro de 2026.

**FABIANO ACADROLI**

Prefeito Municipal de Imigrante em Exercício

Registre-se e Publique-se



## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

Imigrante, 09 de fevereiro de 2026.

Mensagem Justificativa  
Projeto de Lei nº 031/2026

Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores e Senhora Vereadoras

Encaminha-se à apreciação desta Egrégia Câmara Municipal o presente Projeto de Lei que acrescenta dispositivo à Lei Municipal nº 2.044/2015, com a finalidade de conceder auxílio-alimentação aos Conselheiros Tutelares do Município de Imigrante/RS, titulares e suplentes quando no efetivo exercício da função.

O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, essencial à política municipal de atendimento à criança e ao adolescente. Seus membros exercem função pública temporária, com dedicação relevante, exigindo disponibilidade contínua, inclusive para atendimentos urgentes e em regime de plantão.

O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que lei municipal disporá sobre as condições de funcionamento e a remuneração dos membros do Conselho Tutelar (art. 134), bem como reconhece que o exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constitui serviço público relevante (art. 135). Tais dispositivos legitimam a disciplina, por lei local, de parâmetros remuneratórios e de vantagens de natureza indenizatória, no âmbito da competência municipal para legislar sobre assuntos de interesse local e organizar sua administração, nos termos do art. 30, incisos I e II, da Constituição Federal, observados os princípios do art. 37, caput.

Registra-se, ainda, que o Poder Executivo encaminhou a esta Casa Legislativa Projeto de Lei específico que promoveu o reajuste do auxílio-alimentação dos servidores públicos municipais, elevando o valor unitário de R\$ 32,00 para **R\$ 35,20 (trinta e cinco reais e vinte centavos)**. Por critérios de coerência administrativa e isonomia, a presente proposição adota o mesmo valor vigente para os servidores, bem como prevê que eventuais reajustes futuros sejam automaticamente estendidos aos Conselheiros Tutelares, nas mesmas condições e forma de pagamento.

Destaca-se que o auxílio-alimentação ora proposto possui natureza indenizatória, não se incorporando à remuneração para quaisquer efeitos legais, além de prever expressamente a vedação de cumulação com outros benefícios da mesma natureza, evitando duplicidade de pagamentos e preservando os princípios da moralidade e da economicidade administrativa.

Diante do exposto, submete-se o presente Projeto de Lei à apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal, esperando-se a sua aprovação.

Atenciosamente,

**FABIANO ACADROLI**  
Prefeito Municipal de Imigrante em Exercício